

## **As Políticas Públicas Como Indutora da “Morte Anunciada” Dos Castanhais No Sudeste Paraense**

**Alfredo Kingo Oyama Homma<sup>1</sup>**

Este trabalho tem por objetivo relacionar diversos eventos, personagens e aspectos legislativos que tiveram influência na transformação da castanha-do-pará em um recurso econômico, os mecanismos para apropriação do excedente econômico dos coletores, e a sua destruição, decorrente da inserção regional, em novas atividades econômicas, descartando a castanheira.

Warren Dean, no seu clássico livro **“A Ferro e Fogo”**, que veio a público após seu trágico acidente (1994), relata a destruição da Mata Atlântica, que ficou reduzida a menos de 8% da cobertura original à época do descobrimento do Brasil. De maneira similar, este mesmo fenômeno está ocorrendo no Sudeste Paraense com relação aos castanhais, que nos últimos 30 anos, tem sido palco de diversos conflitos fundiários envolvendo agricultura familiar de fronteira (sem-terra, posseiros, pequenos agricultores), grileiros, garimpeiros, fazendeiros, castanheiros e índios. A isso se contrapõem com a inserção dessa região nos megaprojetos minerais e energéticos e, mais recentemente, nos grandes eixos de desenvolvimento, representados pelas hidrovias e na expansão da soja. Nas últimas três décadas, essa região tem sofrido as maiores intervenções humanas desde o início da ocupação da Amazônia. A conexão de Marabá com a rodovia Belém-Brasília (1969), a abertura da rodovia Transamazônica e a eclosão da guerrilha do Araguaia (1972), o início da construção da hidrelétrica de Tucuruí (1976), a abertura da PA-150 cortando o coração dos castanhais, o Programa Grande Carajás (1980), o auge da Serra Pelada (1983), a inauguração da Estrada de Ferro Carajás (1985), a implantação da Hidrovia do rio Araguaia (1995), entre outros eventos, constituíram fatores que levaram à contínua subtração dos estoques de castanhais. Da área original do chamado Polígono Castanheiro, proposto em 1982, somente no período 1984-1997, mais de 70% da área foi desmatada.

Uma das conclusões quando se analisam os diversos fatos históricos desta cronologia é a inconseqüência dessa destruição dos castanhais, que poderia ter sido reduzida ou evitada. A busca do caminho mais fácil evitando ferir interesses econômicos e políticos, bem como a assertiva comum na Amazônia, de buscar o equilíbrio cognitivo, na justificativa de que outros já o fizeram, no passado e em outros países.

Reverter essa tendência exige o isolamento de áreas de castanhais ainda intactos, o controle de fluxos migratórios e de incêndios florestais e a proibição de assentamento em áreas de castanhais e da derrubada de castanheiras para fins madeireiros. São medidas para proteger a integridade física dos castanhais, que exigem a mudança de mentalidade da sociedade. Estas transformações mostram, também, um evidente conflito entre a opção do desenvolvimento pelos novos atores sociais que entram em cena, como pecuaristas, madeireiros, capital nacional e internacional interessados na exploração mineral, produção de energia elétrica e, mais recentemente, na expectativa da produção de soja. Em outro conjunto, os posseiros, os pequenos agricultores e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), passaram a pressionar as reservas remanescentes dos castanhais, procedendo a sua substituição por atividades agrícolas, por questão de

---

<sup>1</sup> Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100, Belém, Pará, e-mail: homma@cpatu.embrapa.br

sobrevivência. O fluxo migratório, cujo sentido de luta tinha por objetivo o uso da terra para fins agrícolas conflitava com a conservação ou a preservação dos castanhais. Este fluxo, facilitado pelas vias de acesso rodoviário e ferroviário, resultou, também, na transferência de problemas de outras áreas do país para aquela região, exteriorizado pelos violentos conflitos fundiários, que sempre preocuparam desde a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), em 1980, até a sua extinção, em 1987, sem conseguir uma efetiva solução para esse xadrez fundiário. O saldo, naturalmente, sempre foi a contínua destruição dos estoques de castanhais. O encadeamento dos fatos históricos mostra que, ao contrário da afirmativa comum, quanto à ineficiência do setor público, esta tem cumprido todas as grandes obras físicas com relação à Amazônia e, com conseqüências danosas para o meio ambiente.

A legislação nunca deixou de proteger as castanheiras. A riqueza das leis, algumas completamente contraditórias, por ser o caminho mais fácil, revelaram ser inoperantes, pela falta de mecanismos para o seu cumprimento e pela dupla interpretação. Enquanto o comportamento individual for regido pelas ações econômicas, movido por incentivos e penalidades, a conservação e/ou a preservação sempre terá um grande risco de ser violada. As ações sociais baseadas nas normas, códigos de conduta e representações coletivas, constituem a maior garantia para a conservação e/ou preservação dos recursos naturais. Dessa forma, a mudança dos valores individuais e a especificação da legislação, caracterizando o delito individual, os crimes ambientais permanecem indiferentes. O Código Florestal (Lei 4.771, 15/9/1965), a Portaria 2.570 do IBDF (22/11/1971) e a recente Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, 13/2/1998), dão toda proteção legal para evitar a sua derrubada. As castanheiras, quando são poupadas nas derrubadas, são imoladas ao fogo, morrendo em pé, resultando nos conhecidos “cemitérios de castanhais” no Sudeste Paraense.

A insegurança no campo, tema freqüente nas manchetes da mídia sobre o Sudeste Paraense, que atingiu o epicentro em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, constitui a ponta desse *iceberg* social, quanto à inadequação das diversas políticas públicas e da transferência de problemas de outras áreas do país. No ângulo tecnológico, esta insegurança está associada à baixa sustentabilidade da agricultura familiar de fronteira, no qual permanece na fronteira, enquanto esta apresenta disponibilidade de recursos madeireiros e da floresta para viabilizar a agricultura baseada na derruba e queima. Quando os estoques florestais se esgotam, a fronteira passa a se constituir em ameaça para a sua sobrevivência e tendem a repetir o modelo mais adiante, na premonição da crise.

A localização dos atuais assentamentos fundiários e das invasões de propriedades em áreas de castanhais constitui outra variável de pressão emergente que está levando a derrubada de castanheiras para ocupação pela agricultura de subsistência em simbiose com os extratores de madeira. Se ainda é forte a pressão sobre a terra na região, em função da existência de fluxos migratórios externos e internos a ela, não se deve encarar a concessão de terra a um maior número de indivíduos como solução social para esse problema, contribuindo para novas migrações mais à frente na fronteira num futuro próximo. Diminuir a área dos estabelecimentos, sem aumentar a produtividade dos sistemas agrícolas é contribuir para acelerar o processo de expulsão no lote e para a inexorável destruição das áreas de castanhais no Sudeste Paraense.

A destruição das castanheiras, apesar de ser protegida legalmente contra a sua derrubada desde a década de 1960, está relacionada também com a perda de competitividade frente a outras alternativas econômicas. Ao contrário dos açais, onde a

valorização dos frutos tende a levar à conservação pelos próprios extratores, no caso das castanheiras, na visão do posseiro, é muito mais lucrativo vender as árvores, plantar culturas anuais, cupuaçu ou banana e transformá-los em pastos. O tamanho dos lotes não assegura uma lucratividade para garantir a sobrevivência apenas da extração da castanha, além de constituir em atividade parcial, na época chuvosa. Esse é um dos mecanismos indutores da destruição.

O valor da castanheira em pé, mesmo que possa produzir *ad infinitum*, a manter o atual valor, sem a sua verticalização pelos coletores, dificilmente será atrativa a sua manutenção. A valorização do mercado de cupuaçu fez com que a manutenção dos cupuaçuzeiros nativos seja mais rentável do que as castanheiras. Este fato está levando, por outro lado, o plantio domesticado dessa espécie, chegando, por exemplo, no Castanhal Araras, a percentuais de 70% para domesticado e 30% para extrativo e o inverso no Projeto Agroextrativista de Praialta e Piranha, em Nova Ipixuna. A atividade extrativa por si só não consegue garantir a sustentabilidade econômica, exigindo a necessidade de implantação de agricultura de subsistência, daí o evidente risco quanto à sustentabilidade ecológica e econômica a médio e longo prazos.

Enquanto ocorria a expansão das pastagens, durante as décadas de 1970 e 1980, as castanheiras eram mantidas e mortas em pé, pela derrubada e queimada e pelo contínuo uso do fogo para a limpeza das pastagens e de incêndios florestais. Uma visão dantesca desse quadro pode ser vista, por exemplo, na estrada que vai de Eldorado dos Carajás a São Geraldo do Araguaia. Não significa, por outro lado, que a inexistência desses esqueletos de castanheiras, que eram áreas livres dessa árvore, mas que passaram por um processo de limpeza nos últimos dez anos, como era o trecho entre Marabá, São João do Araguaia e Xinguara, que cunhou o termo **“cemitérios de castanheiras”** pelas pesquisadoras Marília Emmi e Rosineide da Silva Bentes, em 1988. Nas décadas anteriores, a grande disponibilidade de oferta de madeira e da proibição do abate de castanheiras, e a constante abertura de novas frentes de expansão, faziam com que essa árvore não fosse plenamente utilizada pelas serrarias.

Essa agricultura familiar de fronteira se estabelece nas frentes pioneiras, acompanhando as estradas de extração de madeira, procedendo a derrubada e a queima da floresta. Os madeireiros e a agricultura familiar de fronteira são, por razões diversas, os principais atores, que se complementam e que se opõem, nas zonas de frente pioneira amazônica. Procura-se deliberadamente extrair o maior número possível de algumas espécies madeireiras de maior valor econômico e, uma vez esgotados, seguem mais à frente na fronteira, deixando atrás de si as marcas desta extração predatória, ao longo dos ramais abertos.

Há necessidade de intensificar a agricultura com o uso de mecanização agrícola e adubação para aumentar o tempo de permanência do pequeno produtor no lote, para evitar novas derrubadas, privilegiando a fronteira interna já conquistada. O paradoxo dessa medida é que poderia estimular a vinda de mais posseiros. Os pecuaristas precisam promover a recuperação das pastagens, evitando-se, com isso, o uso do fogo na limpeza dos pastos. Enquanto ocorrer o risco de incêndios florestais, além de danificar os estoques de castanheiras, constitui um perigo para os projetos de reflorestamento. O reflorestamento constitui uma necessidade imediata para atender às guseiras existentes nos Estados do Pará e Maranhão. Medidas de estímulo e incentivo para o plantio de castanheiras, tanto por pequenos produtores ou em projetos de reflorestamento devem ser efetuadas.

Os próximos anos configuram, portanto, para a Amazônia, a manutenção e a criação de novas alternativas econômicas, impulsionadas pelos centros mais dinâmicos do país e do exterior. As experiências de desenvolvimento do passado passam a constituir como imagens do espelho retrovisor de um veículo em marcha acelerada, procurando apenas contornar obstáculos encontrados anteriormente. As novas formas emergentes de atividades econômicas na Amazônia desenharam um conjunto de ameaças e oportunidades *conflitantes* e ao mesmo tempo *complementares* e, muitas vezes desconectadas no espaço e no tempo.

A grande questão é se realmente vale a pena preservar os castanhais remanescentes? Se a resposta for afirmativa, há necessidade de uma grande mudança nos rumos das políticas públicas com relação ao Sudeste Paraense, ao Estado do Pará e à Amazônia. Com certeza as gerações futuras irão questionar quanto à omissão e à conivência que estão conduzindo a essa destruição sistemática.

### **Cronologia da ocupação e destruição das castanheiras**

As políticas públicas sempre influenciaram poderosamente os rumos da Amazônia. A manutenção da soberania durante o período colonial, o “*Discurso do Rio Amazonas*” proferido pelo Presidente Getúlio Vargas, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), os incentivos fiscais, o Programa Grande Carajás, o Brasil em Ação, entre outros, são exemplos de políticas públicas que foram implantadas na Amazônia. Muitas dessas políticas públicas se traduziram em grandes projetos como a ferrovia Madeira-Mamoré, Jari, Tucuruí, Carajás, hidrovias, etc., caracterizados mais pelo seu efeito inercial, do que por atender aos interesses maiores de sua população, pois somente a eles cabem o direito de escolher seu destino e sua opção. Quem imaginaria que a criação dos incentivos fiscais em 1966 iria provocar os grandes desmatamentos na Amazônia? É interessante o leitor comparar o mapa da Amazônia publicado no livro de Paul Le Coite, em 1922, onde existiam apenas as estradas de ferro Belém-Bragança, Madeira-Mamoré e Tucuruí. Chama a atenção a riqueza da fúria legislativa que a Amazônia apresenta, como expressão da sua política pública, como a maneira mais simples de resolver os problemas sociais, econômicos e ambientais, que nem sempre são cumpridos ou são simplesmente menosprezados.

Entender os fatos cronológicos pode contribuir para minimizar os erros do passado. Com certeza é perda de tempo fustigar o passado, pois nada se pode fazer para alterá-lo. A maioria dos fatos históricos só são percebidos depois de um longo período. O mais grave é a percepção dos erros e admitir a sua continuidade, por medo ou omissão, como tem sido em muitas decisões públicas na Amazônia. Hoje, vivem-se as decisões tomadas ontem e, amanhã, as decisões tomadas hoje. Portanto, há chance de se construir o futuro tomando as decisões corretas agora. Existe, portanto, um fio condutor conectando todos estes eventos e fatos que explicam a situação atual. De forma idêntica, uma bibliografia demonstra a seqüência e a fronteira da produção técnico-científico-cultural de um determinado assunto ou da sociedade, uma seqüência de eventos, leis ou decretos demonstram a tendência e a história de um fenômeno. Apesar de os problemas não serem independentes, a linearidade dos eventos pode ser interpretada para compreender fenômenos passados e antever possíveis caminhos para o futuro. O que não se pode é externar um otimismo irreal com o objetivo de esconder a realidade da Amazônia e do País, como se isso fosse ajudar alguma coisa. É nesse sentido que esta cronologia pretende contribuir, para entender o processo de

destruição das castanheiras, procurando cobrar a responsabilidade social por parte da sua população e das instituições da sociedade.

### **Castanheiras como um bem livre**

O processo de destruição dos castanhais no Sudeste Paraense vem acontecendo desde a fundação do Burgo de Itacaiúnas, no dia 7 de junho de 1898, pelo Coronel Carlos Gomes Leitão, portanto há um século, e que se acentuou com a extração do caucho, pelo aniquilamento dessas árvores, para a extração do látex (Jadão, 1984; Matos, 1996; Moraes, 1998). Com a perda da importância do caucho, a extração de castanha-do-pará passou a constituir na principal atividade econômica, sem contudo caracterizar a destruição dos estoques de castanheiras, que são substituídas nas três últimas décadas. A primeira tentativa de integrar o Sudeste Paraense foi a construção da Estrada de Ferro Tucuruí, iniciada em 1905, na margem esquerda do rio Tocantins, para transpor as corredeiras de Itaboca, num percurso de 12 km, onde apresenta um desnível de 72 pés, unindo Jatobal a Alcobaça (Tucuruí), numa extensão de 117 quilômetros e 200 metros. O interesse inicial dessa ferrovia foi a tentativa de viabilizar a exportação de caucho.

No dia 4 de dezembro de 1908 foi aberto ao tráfego o primeiro trecho de 43 km da Estrada de Ferro Tucuruí, partindo de Alcobaça, que seria retomada somente em 1927 e concluída em 1944, sendo a conclusão definitiva somente em 1946 (Dias, 1958; 1959). Apesar de sua conclusão, a Estrada de Ferro Tucuruí pouco contribuiu para o escoamento da castanha-do-pará, em face da irregularidade da via férrea, dos descarrilamentos, da falta de força da locomotiva na subida, da dificuldade de transbordo e do armazenamento nos dois extremos da ferrovia, além de ataques de índios **assurini**. A coincidência da época chuvosa, por ocasião da coleta de castanha, fazia com que a maior parte da safra fosse escoada sem a utilização da ferrovia, apesar dos riscos existentes.

Dessa forma, a ocupação do Sudeste Paraense iniciou-se com o extrativismo do caucho e, posteriormente, com a perda da importância da extração da borracha como consequência dos plantios racionais no Sudeste asiático, do aproveitamento das castanheiras abundantes na região. No início, as castanheiras eram consideradas como sendo bens livres, dependente apenas da mão-de-obra para a sua coleta e do transporte fluvial pelo rio Tocantins até Belém. A falta de alternativas econômicas justificava esse extrativismo expedicionário, concentrado apenas na safra da castanha-do-pará.

### **Privatização e controle do espaço dos castanhais**

O estabelecimento de mecanismos de apropriação do excedente econômico dos extratores de castanha-do-pará, a exemplo dos seringais, fizeram com que o espaço geográfico representado pelo estoque de castanheiras passasse a ser controlado pelas famílias detentoras de poderes político e econômico. Estabelecia os princípios da doutrina Wakefield justificada por Marx (Guimarães, 1977), da teoria de Domar (Volbeda, 1982) e por Kazmer (1977) na apropriação das áreas com estoques de castanheiras. Segundo Wakefield (Guimarães, 1977), as terras virgens não deviam ser postas ao alcance das populações pobres por preços baixos, a elas acessíveis, porque se assim acontecesse, os homens e mulheres mais capazes se transformariam em produtores independentes em vez de se engajarem como trabalhadores nas propriedades dos latifundiários. Para Domar (Volbeda, 1982), a força política que restringe a mobilidade da mão-de-obra, apesar da

disponibilidade de terras, permite a manutenção do sistema de apropriação. Quanto a Kazmer (1977), a incorporação das áreas de castanhais significa a garantia da apropriação do excedente econômico.

A extração de castanha-do-pará no Sudeste Paraense, antes da instituição da Lei de Terras, em 1930, era livre, predominando um tipo de extrativismo expedicionário, deslocando-se apenas na época da safra (Emmi et al., 1987; Emmi, 1989). O Decreto 377, de 25 de junho de 1931, extinguiu o sistema de aforamento, que vigorou por menos de dois anos, até que o Decreto 1.014, de 7 de junho de 1933, regulamentou o Serviço de Legalização de Castanhais. O Decreto 1.049, de 19 de agosto de 1933 consolidou toda a legislação anterior, fazendo vigorar o Regulamento de Terras do Estado do Pará, até 15 de janeiro de 1966, quando foi revogado pela Lei 3.541, no Governo Jarbas Passarinho, que no período de 1955 a 1966 havia concedido 252 aforamentos de castanhais.

Com o advento do Estado Novo, a legislação de terras é consolidada pelo Decreto-Lei 3.143, de 11 de novembro de 1938, regulamentando o Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Nativos.

A importância da castanha na economia do Estado do Pará, na década de 1950, e a dificuldade em aumentar a capacidade de extração, levaram a propor modificações no sistema de arrendamento de terras devolutas para fins de exploração extrativa através da Lei 913, de 4 de dezembro de 1954, que se estenderia até 1966. Esses esforços fizeram com que, em 1956, as exportações de castanha-do-pará alcançassem o pico máximo do valor das exportações da Região Norte (70,57%). Outras iniciativas de natureza social, como a criação do Sindicato dos Castanheiros de Marabá, no dia 15 de julho de 1951 e a instituição do dia 27 de janeiro, como o **Dia da Castanha**, em 1952, pela Associação Comercial do Pará através do seu Conselho Deliberativo e sugestão do seu Presidente Antônio Martins, simbolizam a importância desse produto na economia regional. No Estado do Amazonas, a legislação estadual consagrou o dia 29 de abril como sendo o **Dia do Castanheiro**. Apesar do simbolismo, tais iniciativas não tiveram maiores repercussões na economia extrativa.

A existência de apenas quatro sedes municipais, a de Conceição do Araguaia, criada em 1909; de Marabá, em 1913; e a de Tucuruí e Itupiranga, em 1947, toma forte impulso em 1961 com a criação dos municípios de Jacundá, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e São João do Araguaia, pela Lei Estadual 2.460.

A formação de um mercado local de gêneros alimentícios para atender à população urbana e aos extratores, ensejou a instalação do Banco de Crédito da Amazônia no final da década de 1950 e a abertura da agência do Banco do Brasil em 1964 (Dias, 1958; 1959). A fundação da Cooperativa Agrícola de Marabá (Copema), em 1965, estimulada pelo Banco do Brasil para recolher a produção de arroz dos pequenos produtores, constitui a indicação do processo de desmatamento na região. O início do movimento sindical apoiando os donos de castanhais se concretiza com a fundação do Sindicato Rural de Marabá, em 8 de outubro de 1965.

A transformação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), pela Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, bem como a extinção do Banco de Crédito da Amazônia, pela Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, transformado em Banco da Amazônia, e a criação dos incentivos fiscais para a pecuária ativaram o processo de ocupação na região. É interessante mencionar que desde a década de 50, a pecuária se expandia ao longo do vale do rio Araguaia, por tradicionais famílias pecuaristas de São Paulo, com recursos próprios. Esse grupo de pecuaristas seria o futuro embrião da

Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), criada em 1968. A AEA defendia o financiamento subsidiado de empresas de criação de gado na fronteira amazônica, tornando-se um forte grupo de pressão de interesses de industriais sulistas.

A realização da *I Conferência Nacional da Castanha-do-Pará*, no período de 20 a 22 de fevereiro de 1967, contando 167 participantes, aberta pelo Governador Alacid Nunes, tinha como uma das reivindicações básicas a conclusão da abertura rodoviária de Marabá com a Belém-Brasília, que seria concretizada em 1969 (Conferência..., 1969). Em 1970, uma linha de ônibus comercial já fazia ligação entre Belém e Marabá, pela PA-70, atual BR-222, em treze horas. Nesse evento, a crise do setor de extração de castanha já se evidenciava na existência de um conflito entre a necessidade do aumento na extração, decorrente do argumento das grandes perdas de castanhas não coletadas na floresta e da expansão da agricultura que começava a ganhar espaço (Leite, 1968).

### **Início da expansão da fronteira agrícola**

Em 1960 ocorre a abertura da rodovia Belém-Brasília ao tráfego que coincidiu com a desativação da Estrada de Ferro Tucuruí (Valverde e Dias, 1967). O início da perda da participação econômica da castanha-do-pará leva a novo conjunto de pressões dos donos de castanhais e exportadores, no sentido de aumentar a extração, bem como o estabelecimento da conexão rodoviária de Marabá com a rodovia Belém-Brasília para reduzir os custos de transporte.

A abertura da rodovia PA-70, atual BR-222, em 1969, ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, efetuando a primeira conexão por via rodoviária, quebra a dependência do transporte fluvial do rio Tocantins e o enfraquecimento da oligarquia dos donos de castanhais. A expansão da fronteira agrícola que acentuar-se-ia nos anos seguintes, com a abertura da rodovia Transamazônica, em 1972, da guerrilha do PC do B, do início da construção da PA-150, em 1975, cortando o núcleo dos castanhais, entre outras rodovias, estimulam a entrada da agricultura familiar e a expansão da pecuária pelos médios e grandes produtores, onde as pastagens passam a ocupar as áreas de castanhais. O Sudeste Paraense torna-se a porta de entrada do fluxo de migrantes que têm como sentido de luta o uso da terra para fins agrícolas e não para se dedicarem às atividades de coleta de castanha-do-pará. Considerando que cada quilômetro de estrada aberta permite uma expansão lateral de 5km, indica uma oferta adicional de 1.000 hectares de terras a ser incorporado ao processo produtivo substituindo, na maioria das vezes, áreas com grandes estoques de castanheiras.

A abertura da rodovia PA-70, iniciada no governo Jarbas Passarinho foi concluída no governo Alacid Nunes. Essa conexão, que tem diversas conseqüências para a economia da castanha-do-pará, quebrando a dependência do transporte fluvial e aumentando a extração, pela incorporação de áreas antes inacessíveis, carregam, contudo, o início do processo de desintegração dessa economia. O pesado vínculo entre dono de castanhal e castanheiro começa a ficar enfraquecido com alternativas de desvio da safra, novas oportunidades para a mão-de-obra na produção familiar, na ocupação pela pecuária e, sobretudo pelo início do processo de desmatamento e de povoamento (Oliveira, 1944; Velho, 1972).

O Decreto-Lei 1.164, de 1<sup>o</sup> de abril de 1971, considera como área de segurança nacional, uma faixa de 100 km de largura para ambas as margens das rodovias federais abertas e planejadas na Amazônia. O Incra, que foi criado pelo Decreto-Lei 1.110, de 9 de julho de 1970, com a fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e Instituto

Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), já iniciava a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) em Marabá, em 1971, nos trechos Marabá-Altamira e Marabá-Estreito, e do Projeto Fundiário de Marabá, em 1972. Mesmo antes da eclosão da Guerrilha do Araguaia, o governo Médici promulga o Decreto-Lei 1.131, de 30 de outubro de 1970, que declara o município de Marabá como área de segurança nacional. Esse Decreto vigora até 1985. Os prefeitos são nomeados pelo governador do Estado, com aprovação do Conselho de Segurança Nacional.

A inauguração da rodovia Transamazônica, em 1972, que cobre uma extensão de 4.962 km, indo do Estado da Paraíba ao Estado do Amazonas, decorrente da instituição do Programa de Integração Nacional (PIN), pelo Decreto-Lei 1.106, de 16 de junho de 1970, iria ampliar o processo de substituição de áreas de castanhais pela vinda de migrantes. As medidas legais complementares são estabelecidas pelo Decreto-Lei 67.557, de 12 de novembro de 1970, que estabelecem como área prioritária para reforma agrária a ser incluída no PIN. A consequência inevitável desse fluxo de migrantes é a derrubada indiscriminada de áreas de castanhais existentes ao longo do trajeto das estradas abertas (Santana e Khan, 1992). O sentido de luta dos migrantes e da política de colonização é a ocupação da terra para fins agrícolas e não a exploração do extrativismo de coleta de castanha-do-pará. Talvez pelo ritmo da destruição verificado, em 22 de novembro de 1971, o IBDF lança a Portaria 2.570, declarando a castanheira como espécie imune ao corte.

Outro evento de significativa importância está relacionado com a eclosão da Guerrilha do Araguaia, pelo PC do B, de tendência maoísta, criada em 1962, que leva o Exército, no dia 12 de abril de 1972, a ocupar os aeroportos de Marabá e Araguatins e deslocar cinco mil soldados para combater 69 guerrilheiros refugiados da repressão urbana de São Paulo (Guerrilha..., 1996). Um desses guerrilheiros é o atual Deputado Federal José Genoíno, líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados. A consequência da Guerrilha do Araguaia, declarada extinta em 1975, é a estratégia militar de ocupação do Bico do Papagaio, onde o Exército abre três estradas operacionais (OP 1, OP 2 e OP 3). A OP 2, que liga Marabá a São Geraldo do Araguaia, constitui a atual PA-153. Mas o sentido maior da Guerrilha do Araguaia é a necessidade de ocupação vista pelos estrategistas militares, que criam a justificativa para abertura posterior da PA-150 e de outras rodovias na Amazônia. Naturalmente, que a essas aberturas de estradas significam a incorporação pelos migrantes e a derrubada coincidente de castanheiras, quando não poupadas, para serem imoladas ao fogo.

Em 1973, o Incra inicia o processo de discriminatórias de castanhais que se estenderá até 1978 (Barros, 1992). A discriminatória consiste em separar as terras de domínio privado, ou seja, as já documentadas pelo Estado, daquelas que não são documentadas. Feito isto, incorpora essas terras ao patrimônio da União e só depois regulariza-se em nome de terceiros. As glebas que tiveram as discriminatórias executadas foram as seguintes: Café, Geladinho, Praia Alta, Itacaiúnas, São João, Pataúá, Sororó e Sororozinho.

Os baixos preços da castanha-do-pará e a característica de início de uma economia que começam a agonizar, direcionam as reivindicações no sentido de obter maior proteção possível do governo. Dessa forma, o Decreto 74.155, de 27 de dezembro de 1974, incluiu a castanha-do-pará na Política Geral de Preços Mínimos (Homma, 1989).

O início da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, em 1976, desencadeia a abertura da parte superior da PA-150, para possibilitar o transporte de cimento e equipamentos, desde o ano anterior. Esta estrada é aberta, em diversos segmentos, até o final da década de 1970. Além do eixo principal da PA-150, diversas transversais são abertas, como a PA-279, para



São Félix do Xingu, em 1975, até Água Azul. A consequência principal da PA-150, ao cortar o coração dos castanhais, tem um efeito devastador sem precedentes nos estoques de castanheiras. Em 1977, é inaugurada a ponte Couto Magalhães sobre o rio Araguaia, unindo as cidades de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, com a Couto Magalhães, no Estado de Tocantins. No dia 13 de novembro de 1981 é inaugurada a ponte sobre o rio Itacaiúnas e, em 1985, a ponte rododferroviária sobre o rio Tocantins, ambas em Marabá, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias. O aeroporto de Marabá é inaugurado em 20 de julho de 1978 para receber aviões a jato.

### **Efeito *Dutch Disease* da Província Mineral de Carajás**

Outro evento que iria provocar grande mudança futura estava relacionado com a descoberta da Província Mineral de Carajás, pelo geólogo Breno Augusto dos Santos, na manhã do dia 31 de julho de 1967, ao pousar seu helicóptero na Serra da Arqueada, por problemas técnicos. Repetia-se o procedimento da transformação de recursos naturais em bens econômicos. No passado, foi com o cacau, a cinchona, a seringueira, a castanheira, o pau-rosa e o guaraná, entre os mais importantes e da madeira, com maior intensidade a partir da década de 1960, como os principais do reino vegetal, seguindo-se a dos minérios (manganês, ouro, etc.). O efeito da descoberta de recursos naturais e seus impactos na economia é batizado de efeito *Dutch Disease* (Bruno & Sachs, 1982), decorrente das grandes descobertas de jazidas de petróleo no mar do Norte, durante a década de 1970.

No caso da Amazônia, a contínua incorporação dos recursos da biodiversidade e de minérios, tem se caracterizado como fenômeno similar. As consequências desses efeitos são evidentes no Sudeste Paraense. O aproveitamento dos estoques de castanheiras na fase inicial é substituída pelos garimpos, onde a de Serra Pelada, em 1980, é emblemática, pelo ciclo do extrativismo da madeira e, no megaprojeto da extração de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce. As consequências no mercado de mão-de-obra e dos produtos agrícolas refletem na competição pelo espaço e de novas atividades, que terminam reduzindo continuamente os estoques de castanheiras e criando novas alternativas para o extrativismo da castanha-do-pará.

O ano de 1980 marca as grandes transformações políticas que mudariam completamente o cenário da região (Silva, 1987). O Decreto-Lei 1.767, de 1<sup>o</sup> de fevereiro cria o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat), com uma área de abrangência de 45 milhões de hectares, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional e no dia 24 de novembro, o Decreto-Lei 1.813, cria o Programa Grande Carajás, com uma área de abrangência de 895.265 km<sup>2</sup> ou 10,6% do País (Hall, 1991ab). O Sudeste Paraense deixa de ser uma mera região extrativa de castanha-do-pará para ganhar uma dimensão de interesse nacional e internacional voltado para a extração de minérios (Benatti, 1997).

A descoberta de garimpos de ouro de Serra Pelada, também em 1980, atraindo milhares de migrantes, provoca efeito semelhante ao *Dutch Disease*, ocorrido com as descobertas de bacias petrolíferas no mar do Norte, produzindo grandes mudanças econômicas. No caso paraense, as descobertas desses garimpos provocam mudanças no mercado de mão-de-obra, atração de migrantes e a criação de mercado para gêneros de primeira necessidade, implicando, portanto, na transformação de castanhais em áreas agrícolas. A Construtora Andrade Gutierrez inicia o Projeto Tucumã, de 400 mil hectares e com 3 mil lotes, que dá origem ao município de Tucumã em 1988 (Construtora..., snt).

Uma experiência pioneira de plantio de 318.666 castanheiras numa área de 3.561,66 hectares é implantada em 1981, de forma gradativa, que se estende até 1988, na margem esquerda da rodovia Manaus-Itacoatiara, a 215 km de Manaus e 54 km de Itacoatiara, localizada no município de Itacoatiara, Estado do Amazonas (Agropecuária..., 1989). O espaçamento adotado é de 10m x 10m, com concentração de 100 árvores/hectare. Considerando uma densidade de 2,4 castanheiras/hectare nos castanhais nativos, esse plantio equivale a um castanhal de 131.680 hectares. No município de São Geraldo do Araguaia, iniciativa similar foi realizada na Fazenda Bamerindus, pertencente ao ex-Banco Bamerindus, que foi duplamente invadida pelos posseiros e integrantes do MST, a partir de 1996.

A expansão do povoamento vindo do sul do Pará leva à criação dos municípios de Redenção, Rio Maria e Xinguara, pela lei estadual 5.028 e Rondon do Pará, pela lei estadual 5.027, ambas em 1982. Ressalta-se que o povoado de Redenção foi fundado no dia 21 de setembro de 1969 e a descoberta de garimpos de ouro de Cumaru provocou forte corrente migratória em 1981 para Redenção (Homma, 1998).

A prisão dos padres franceses Aristides Camio e Francois Gouriou, no dia 31 de agosto de 1981, acusados de incitar posseiros à luta armada em São Geraldo do Araguaia, revela à tona o conflito fundiário que iria eclodir nos anos posteriores. Condenados no dia 21 de junho de 1982, pela Justiça Militar, são soltos em dezembro de 1983, com a nova Lei de Segurança Nacional, com base na Lei da Anistia, aprovada em 1979.

Em 1982, a destruição dos castanhais no Sudeste Paraense começa a preocupar os exportadores desse produto, com a redução na extração. Nesse sentido, é realizado em Belém, sob os auspícios da Sudam, coordenado pelo Superintendente Elias Seffer, o ***I Simpósio Nacional da Castanha***, no período de 15 a 17 de dezembro, onde a tónica do plantio passa a ser enfatizada decorrente das pesquisas desenvolvidas pelo CPATU (Simpósio..., 1982). O presidente do Sindicato Rural de Marabá, José Anísio Ferreira, propõe medidas para salvar a produção de castanha-do-pará em Marabá no segundo dia do Simpósio (Pinto, 1982abc; Ferreira, 1982). Em 1983, o Sindicato Rural de Marabá e a Associação Brasileira dos Exportadores de Castanha-do-pará, presidido por Délio Mutran, enviam Memorial ao Ministro de Assuntos Fundiários. Propõem a criação do Polígono Castanheiro de cerca de 800 mil hectares localizados nos municípios de Marabá e São João do Araguaia. Esta proposta é apresentada pelo Deputado Federal Gerson Peres como Projeto de Lei 2.036/83, no dia 30 de agosto, sendo aprovada pela Câmara dos Deputados em 1986 e encaminhada ao Senado Federal, onde a idéia foi arquivada pelo tempo.

A entrada em funcionamento da Hidrelétrica de Tucuruí, no dia 9 de novembro de 1984 e a conclusão da ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, em junho de 1984, marcam a entrada do novo ciclo mineral no Sudeste Paraense (Almeida, 1994). A criação do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical (Cepasp), em Marabá, em 1984, congregando os colonos prejudicados pela barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, começa a mostrar os efeitos e conseqüências dos grandes projetos na Amazônia. A desastrosa licitação pública realizada pelo IBDF, em 1980, para a derrubada e limpeza da vegetação de 65.510 hectares da área a ser inundada pela Hidrelétrica de Tucuruí, entregue para a Capemi, dedicada a montepio de militares, só conseguiu desmatar 1.000 hectares da área a ser inundada, entrou em falência em 1983, constituindo outro exemplo de descalabro administrativo.

No dia 28 de fevereiro de 1985, último dia do governo Figueiredo, é inaugurada oficialmente a Estrada de Ferro Carajás e, em outubro, realizado o primeiro carregamento de minério de ferro de Carajás, 18 anos depois da sua descoberta (Coelho e Cota, 1997). A

opção mineral passa a constituir no carro chefe da economia regional, atendendo a interesses capitalistas nacionais e internacionais. Nesse mesmo sentido, a exportação de energia de Tucuruí para o Nordeste, colocando o Estado do Pará como o terceiro produtor do País, constitui uma indicação dessa tendência.

O Sudeste Paraense passa a constituir em um caleidoscópio vivo, com 80 mil garimpeiros concentrados em Serra Pelada, coletando 40 kg/dia de ouro, cujo atrativo aumenta com a descoberta da pepita Canaan, com 62 quilos, em 1986. A inauguração do trem de passageiros na Estrada de Ferro Carajás, em 27 de março de 1986, passa a drenar contínuo fluxo de migrantes no Sudeste Paraense na busca de oportunidades. Dessa forma, a criação pelo Getat, já nos seus estertores, do Grupo de Trabalho dos Castanhais, através da Portaria 138/86, revela-se completamente desmesurada para a magnitude das transformações (Mirad, 1985).

A extinção do Getat, em maio de 1987, vem acompanhada por uma série de medidas de desapropriações de castanhais visando a atender interesses de donos de castanhais e posseiros, em uma nova realidade que passava a ser desenhada no mapa fundiário (Conflitos..., 1990; Modelo..., 1992; Por Trás..., 1992). O possível prejuízo que poderia advir de invasões de áreas de castanhais levam os próprios donos a defenderem as desapropriações, como aconteceu no caso do Castanhal Araras e outros 60 castanhais, Decreto 93.938, de 15 de janeiro de 1987. O lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Presidente Sarney, através do Decreto 91.766, de 10 de outubro de 1985, a criação da União Democrática Ruralista (UDR), em abril de 1986, presidida por Ronaldo Caiado e as discussões na Nova Constituição, assustaram os proprietários de terras (Silva, 1987).

A Portaria 687, de 30 de julho de 1987, do Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista como decorrência das pressões do I Encontro Nacional de Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985 (Seminário..., 1988). O Projeto de Assentamento Extrativista passa a ser uma reivindicação conflitante para algumas lideranças, uma vez que o sentido de luta dos posseiros é a de usar a terra para fins agrícolas e não para fins extrativos, além do domínio da posse da terra e não do uso social. A baixa licratividade do extrativismo da castanha-do-pará, além dos aspectos mencionados, fazem com que esse procedimento não ganhe muita força no Sudeste Paraense.

### **Balcanização do Sudeste Paraense**

O fenômeno mais importante após a promulgação da Constituição de 1988 é a criação de novos municípios no Sudeste Paraense. Esse fenômeno político decorre da tentativa de receber benefícios prejudicados pela distância com relação aos centros de decisão, da dimensão dos municípios e por não corresponder às aspirações desses núcleos populacionais. A criação de novos municípios apresenta-se como uma solução para auferir possíveis vantagens de políticas fiscais, além de criar feudos ou currais eleitorais. Criação de novos municípios significa maior dinamismo local em termos de atração de fluxos migratórios, estabelecimento de obras de infra-estrutura, expansão da fronteira agrícola circunvizinha, entre outros, com a contínua subtração dos estoques de castanheiras e do aparecimento de novas atividades competitivas.

Em nível macrorregional, essa insatisfação se traduz na criação do Estado de Carajás, cujo mapa passa a ser ostentado em todos os municípios da região. Essa criação tem

simpatia popular pelo descaso do governo estadual, traduzida em péssimas condições infra-estruturais, pelas diferenças culturais de sua população mais sintonizada com o Centro-Sul do País, apoio de bastidores da CVRD em ter um governo mais dócil e até pelos dirigentes do Banco Mundial. Outra iniciativa semelhante é a criação do Estado de Tapajós, com justificativas idênticas.

Essa expectativa dos projetos do setor mineral significa mais drenagem de migrantes e, conseqüentemente, mais desmatamento e destruição de castanhais. Somente em 1988, no Sudeste Paraense, são criados os municípios de Bom Jesus de Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Dom Eliseu, Ourilândia, Parauapebas, Santa Maria das Barreiras, São Geraldo do Araguaia e Tucumã. Em 1991, novos municípios são criados: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Breu Branco, Cumarú do Norte, Eldorado do Carajás, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Palestina do Pará, Pau D'Arco e São Domingos do Araguaia.

A fundação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT), congregando 33 municípios do Sul e Sudeste do Pará, em 1977 e, na década de 90, da dissidência representada pela Associação dos Municípios Consorciados do Araguaia-Tocantins (AMCAT), tem como objetivo canalizar recursos dos governos estadual e federal para o Sudeste Paraense. A realização do Seminário de Prefeitos do Sul e Sudeste do Pará, no período de 13 e 14 de janeiro de 2001, em Marabá, iria promover a fusão dessas duas entidades, congregando 38 municípios do Sul e Sudeste do Pará, visando a criação do Estado de Carajás.

O clímax da pressão internacional sobre a Amazônia acontece no dia 22 de dezembro de 1988, com o assassinato do líder sindical Chico Mendes, em Xapuri, Acre. O recuo governamental ante a pressão da opinião pública se manifesta nos primeiros meses do ano de 1989, por uma série de medidas, antes paliativas. Entre essas medidas inclui-se a criação do Ibama, pelo Decreto 97.637, de 10 de abril de 1989, a suspensão de incentivos fiscais para a pecuária, de financiamentos do Banco Mundial para o setor energético-nacional e de programas de colonização na Amazônia, a criação de reservas extrativistas, entre outros.

O ano de 1988 é caracterizado pela entrada em operação, em março, da Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar), em Marabá e, da Companhia Vale do Rio Pindaré, instalada em Açailândia e, em abril, da Siderúrgica Marabá (Samara) e da Camargo Corrêa Metais, em Tucuruí (Monteiro, 1998). Estas siderúrgicas passaram a adicionar novo componente de destruição à floresta pela utilização de carvão vegetal para produção de ferro gusa, repetindo o ciclo da destruição dos cerrados de Minas Gerais. Em 1992, a Maranhão Gusa S/A (Margusa) entra em operação, sediada no município de Rosário, Maranhão. Em 2001, mais três novas usinas siderúrgicas foram aprovadas. A mudança desse quadro, poderia ser avaliada no futuro, com a criação do Fundo Florestal de Carajás, pela Associação das Siderúrgicas de Carajás (Asica), no dia 8 de novembro de 2001, com o objetivo de promover o reflorestamento para a produção de carvão vegetal.

Nesse ambiente de destruição dos recursos naturais, alguns movimentos comunitários passam a ser organizados sob a tutela do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), fundado em 1988, bem como a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (Fata), criada no dia 21 de agosto de 1988 (Roy, 1998). No ano seguinte, essa ação se estende com a criação do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat), com atuação em seis municípios do Sudeste Paraense (Muchagata et al., 1996; Reynal et al., 1995). As pressões ambientais em nível internacional com relação à Amazônia aumentaram, levando o governo Sarney a

editar no dia 12 de outubro de 1988, o Programa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (Programa Nossa Natureza).

A expansão da soja no Maranhão se constitui em novo fato emergente, que vai ramificar suas pressões no Estado do Pará a partir de 1996, mas já justificava a inauguração, em abril de 1989, dos primeiros 108 km da Ferrovia Norte Sul, ligando Açailândia a Imperatriz.

No dia 30 de janeiro de 1990, o Decreto 98.897 regulamenta as reservas extrativistas que passam a ser encaradas como modelo adequado de desenvolvimento para a Amazônia. O Presidente Fernando Collor e o Secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, anunciam o Floram, um megaprojeto para o reflorestamento de 1 milhão de hectares ao longo da Estrada de Ferro Carajás, não saindo, ao longo do tempo, das boas intenções (Projeto..., 1990).

O Decreto 153, assinado pelo Presidente Fernando Collor, no dia 26 de junho de 1991, cancelando os incentivos fiscais para atividades que causam destruição de florestas primárias, revela-se muito mais pelo efeito publicitário do que pela efetiva preocupação com a conservação e a preservação dos recursos naturais. A realização da Rio 92, no período de 3 a 14 de junho, começa a revelar seus tímidos resultados através da institucionalização do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais, a partir de 31 de janeiro de 1995, com a implementação de Projetos Demonstrativos (PD/A) pertencentes à sociedade civil e PD/E.

A criação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (Cocat) no dia 18 de dezembro de 1992, abrangendo os municípios de Marabá, Jacundá, Itupiranga e São Domingos do Araguaia, com 943 sócios, constitui-se num fato promissor. Apesar de procurar valorizar os produtos não-madeireiros, o aproveitamento econômico está muito mais voltado para o desenvolvimento de plantios racionais, a exemplo de cupuaçu.

A sequência de criação de novos municípios prossegue em 1992, com a criação de Floresta do Araguaia, que se torna em um grande centro produtor de abacaxi, colocando o Pará na posição de segundo produtor nacional, a partir de 1997. Em 1993, são criados os municípios de Bannach e Nova Ipixuna.

O descarregamento no dia 7 de maio de 1995, da soja produzida em Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, em Xambioá, Estado do Tocantins, através de barcaça subindo o rio Araguaia num percurso de 1.300 km, marca o nascimento de um novo processo no Sudeste Paraense (Baima, 1995). Essa região passa a ser incorporada ao processo de produção e via de escoamento da soja produzida na região do Centro-Oeste, devendo trazer benefícios econômicos e, também, prejuízos ambientais bastante sérios. Para apoiar essa iniciativa, em 1996 é instalado o escritório da Companhia de Promoção Agrícola (Campo), em Conceição do Araguaia para o desenvolvimento da cultura da soja.

### **Sudeste Paraense como espaço contestado**

O massacre de 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado do Carajás, choca a opinião pública nacional e internacional, adicionando novo componente de pressão no Sudeste Paraense. As invasões de terras passam a constituir em rotina, criando insegurança para os proprietários de castanhais, em alguns casos levando à relação incestuosa entre proprietários de terras e invasores para receber indenizações. As pressões de pequenos produtores fazem com que o

governo federal assine em 28 de junho de 1996, o Decreto 1.946, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A criação do Getat, em 1980, e a sua extinção, em 1987, refletem a tentativa de controlar uma área de interesse local (extrativismo da castanha-do-pará) para um contexto estratégico nacional e mundial, pela importância dos estoques de recursos minerais. Apesar das tentativas governamentais em manter o controle da área, esta escapa do controle público pelo constante fluxo de migrantes, na busca de esperança estimulados pelos próprios investimentos públicos. Nesse sentido, as instituições públicas passam apenas a convalidar os fatos consumados do processo de ocupação, com atividades conflitantes e da dificuldade de compatibilizar ações comuns. Como consequência, os estoques de castanheiras sofrem contínua destruição, promovendo o desaparecimento do extrativismo da castanha-do-pará, não pelo efeito dos plantios domesticados, aparecimento de produtos substitutos, inexistência de mercados, mas simplesmente, pela competição pelo mesmo espaço por novas atividades produtivas.

A edição da Medida Provisória 1.511, de 25 de julho de 1996, reduzindo a área de desmatamento das propriedades de 50% para 20%, dando nova redação para o Código Florestal, revela-se inócua na prática, uma vez que os desmatamentos aumentam de intensidade nos anos de 1995 a 1998. Parece que a fúria legislativa sempre tem sido colocada como a opção mais barata para resolver as questões ambientais.

No dia 23 de outubro de 1996 é lançada a modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista, levando à aprovação do Projeto Agroextrativista de Praia Alta Piranheira, em Portaria 42, do Ibama, datada de 12 de agosto de 1997. Essas medidas contrastam com a primeira colheita de 30 hectares de soja em Conceição do Araguaia e com a privatização da CVRD, em maio de 1997, sob grandes protestos. Contudo, a medida mais prejudicial é a promulgação da Portaria 108, do Ibama, em 18 de setembro de 1997, em plena Semana da Árvore, permitindo a derrubada de castanheiras mortas ou desvitalizadas para produção madeireira (Senado..., 1998). Essa Portaria é a grande responsável pela derrubada descontrolada de castanheiras, que passa a vigorar, principalmente nos municípios de Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia, pela completa falta de fiscalização.

A carência de assistência técnica nos assentamentos leva o Incra a criar o Projeto Lumiar, em 1997 (Incra, 1997). Em novembro de 1997 é decretada a desapropriação da Fazenda Flor da Mata, com 11.777 hectares em São Félix do Xingu, pelo Ministério do Trabalho, onde é constatada a existência de 300 trabalhadores mantidos em regime de escravidão. Isso vem comprovar a falta de atuação do aparelho do Estado no Sudeste Paraense, conduzindo as maiores arbitrariedades ao longo do tempo.

Em 1998, em decorrência das eleições para governador, deputados e senadores, o executivo investe pesadamente no Sudeste Paraense, promovendo a melhoria da PA-150, com a construção de pontes definitivas. No dia 15 de junho de 1998, o Presidente Fernando Henrique visita Tucuruí, aprovando a construção das eclusas e a inauguração do Tramoeste em Altamira.

O ano de 1999 é identificado por uma série de reportagens mostrando a queda da produção de castanha-do-pará no Sudeste Paraense. O jornalista Ullisses Campbell, nos dias 17 e 18 de janeiro, publicou no jornal O Liberal (Campbell, 1999ab) que 30 usinas de beneficiamento existentes antes do Plano Real ficam reduzidas a apenas cinco no Estado do Pará, que será motivo de pronunciamento do Deputado Federal Gerson Peres, na Câmara Federal, no dia 20 de janeiro de 1999. A *Gazeta Mercantil do Pará*, em reportagem de Ademir Braz, menciona na edição do dia 10 de março de 1999, a queda de produção de

castanha-do-pará em Marabá (Braz, 1999). Os interesses econômicos relacionados com a castanha para madeira levaram o presidente da Associação das Indústrias Madeireiras de Eldorado dos Carajás, Valdir Campos, a publicar nota de repúdio no dia 10 de março de 1998, contra a suspensão da Portaria 108, do Ibama, que permite a derrubada de castanheiras mortas e desvitalizadas.

### Considerações gerais

A primeira questão que emerge quanto à destruição dos estoques de castanheiras no Sudeste Paraense refere-se à irracionalidade desse fenômeno. Enquanto os movimentos ambientalistas desenvolvem a tese da procura de mercados para os produtos florestais, no intuito de sua valorização e com isso evitar a sua destruição, no caso da castanha-do-pará trata-se de um produto já conhecido no mercado internacional desde a década de 1920. Quais seriam as razões que levaram à destruição desse recurso natural a partir do início da década de 1970 e que medidas poderiam conservar e/ou preservar os estoques remanescentes ?

É interessante verificar que o desaparecimento da produção extrativa de castanha-do-pará não decorreu da sua substituição pela produção proveniente de plantios racionais, como tem ocorrido para mais de três mil plantas que foram domesticadas nestes últimos dez mil anos. No caso das castanheiras no Sudeste Paraense, as razões da desintegração da economia extrativa estão relacionadas com o conflito decorrente da ocupação comum do espaço geográfico pelos diferentes atores sociais que emergiram a partir da década de 1970 e do interesse do Estado representado pelos recursos minerais. Nesta cronologia procurou-se listar os passos dessa morte anunciada e que continua em pleno processo.

A segunda questão a responder é: até que ponto a ocupação da Amazônia e/ou desenvolvimento agrícola podem ser feitas com a destruição inexorável de seus recursos florestais? Recentemente, tem surgido em trabalhos científicos sobre a Amazônia, a idéia de padrões mínimos de preservação ambiental (*safe minimum standard*). Esta teoria, desenvolvida por Ciriacy-Wantrup (1952), está ganhando relevância como uma justificativa teórica para reivindicar a preservação de diversos recursos naturais ameaçados no mundo. De acordo com essa teoria, a preservação ambiental teria prioridade, salvo quando implicar em custos intoleravelmente altos para as populações locais, subentendido quanto à impossibilidade dessas populações sobreviverem se a escolha da preservação absoluta for adotada (Romeiro, 1999).

Considerando que já foram desmatados 58 milhões de hectares na Amazônia, superior à soma dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estancar a incorporação de novas áreas vai depender da utilização de uma fração dessa fronteira interna já conquistada. O contingente de agricultores sem ter condições de acesso à terra no País resulta não da escassez absoluta de terras, mas da escassez provocada pela concentração da terra e de políticas excludentes ao pequeno produtor (Romeiro, 1999). Neste caso, esta necessária perda de área florestada deve ser **minimizada** através do desenvolvimento de sistemas agropecuários intensivos de alto rendimento por área. Sistemas agrícolas baseados na derrubada-queimada obviamente **maximizam** as perdas florestais. A necessária perda de biodiversidade florestal para garantir a sobrevivência das populações rurais da Amazônia pode ser minimizada. É preciso inverter este processo, o que implica promover a implementação de sistemas agropecuários que respeitem as regras básicas de manejo de solos em regiões com chuvas bastante intensas.

A outra lição desta cronologia é que os problemas ambientais na Amazônia não são independentes. A destruição dos estoques de castanhais constituem efeitos colaterais de problemas econômicos e sociais locais e de fora da Amazônia. A pobreza do Nordeste brasileiro tem muito a ver com a drenagem de contingentes migratórios para o Sudeste Paraense, visível nas estatísticas de origem dos posseiros e dos integrantes do MST, todos na busca de novas esperanças. O conjunto das políticas públicas e do interesse dos grandes investidores nacionais e internacionais nos estoques de recursos minerais, com baixo nível de geração de empregos, tem resultado no paradoxo da convivência da pobreza absoluta em uma das regiões mais ricas de depósitos minerais do planeta.

Outro aspecto refere-se à sequência linear do processo de destruição dos recursos florestais do Sudeste Paraense e da Amazônia como parte de um processo coevolutivo. O desmatamento e as queimadas chocam à primeira vista, mas à medida que essas áreas passam a ser limpas, plantadas ou urbanizadas compõem uma Segunda Natureza aceitas como progresso, como tem acontecido nas áreas mais desenvolvidas do País. Estacar o desmatamento na Amazônia representa, portanto, um esforço hercúleo, de vontade política e da conscientização da população, no qual a retórica do uso das áreas desmatadas passam a ser válidas para aqueles que já desmataram ou de que o desmatamento marginal não faria diferença.

Construir essa Segunda Natureza corrigindo os erros do passado, com programas de reflorestamento, intensificação da agricultura para reduzir a pressão sobre os estoques remanescentes, recuperação de áreas degradadas, entre outros, talvez poderia ser uma política adequada para compensar a destruição feita até o presente. Caso contrário, essa cronologia daqui a dez ou vinte anos, poderá ter como fim inevitável o mesmo destino da Mata Atlântica, reduzida atualmente a menos de 8% da sua cobertura florestal original. Uma nova história terá que ser reescrita, talvez essa tenha sido a sua opção e destino, mas não poderia furtar a oportunidade de chamar a atenção da sociedade neste ponto de mutação.

### **Bibliografia consultada**

- AGROPECUÁRIA ARUANÃ S.A **Proposta de financiamento BNDES**. Manaus, 1989. 92p.
- ALMEIDA, A.W.B. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994. 330p.
- ALMEIDA, C.P. **Castanha-do-pará: sua exportação e importância na economia amazônica**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1963. 86p.
- ALMEIDA, F.R.F. Tendências mundiais do mercado de nozes. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p.46-47, 1996.
- A ASCENSÃO da coleta e exportação da castanha. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.14-16. Edição Especial.
- BAIMA, L.F. Araguaia viabiliza Corredor Centro-Norte. **Jornal da Vale**, Rio de Janeiro, v.22, n.187, p.12, 1995.
- BARROS, A.A.P. Hidrovia Tocantins-Araguaia. In: SEMINÁRIO O DESENVOLVIMENTO E A DEFESA DA ECONOMIA PARAENSE, 1991, Belém. **Anais...** Belém: FIEPA/CNI, 1991. p.145-152.
- BARROS, M.V.M. **A zona castanheira do Médio Tocantins e vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia**. Marabá: UFPa, 1992. 96p.



- BENATTI, J.H. Carajás: desenvolvimento ou destruição? In: COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPa-NAEA, 1997. p.79-105.
- BENCHIMOL, S. **Amazônia**: um pouco antes e além-depois. Manaus: Calderaro, 1977. 841p. (Coleção Amazoniana, 1).
- BENTES, R.S.; MARÍN, R. A.; EMMI, M.F. Os cemitérios das castanheiras do Tocantins. **Pará Desenvolvimento**, Belém, n.23, p.18-23, 1988.
- BORGES, R. **Construção econômica da Amazônia**. Belém: IDESP, 1970. 126p. (IDESP. Cadernos Paraenses, 5).
- BORGES, R. **Vivência amazônica**. Belém: CEJUP, 1986. 652p.
- BORGES, R. **Vultos notáveis do Pará**. 2 ed. Belém: CEJUP, 1986. 449p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria Estadual no Pará & FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ, Belém. **Castanha-do-brasil**. Belém, DEMA-Pará, FAEPA, 1976. 69p.
- BRASIL. Senado Federal. **Legislação do meio ambiente**: atos internacionais e normas federais. 4.ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998. 2v.
- BRAZ, A. Marabá colhe pior safra de castanha. **Gazeta Mercantil do Pará**, Belém, 10 mar. 1999. p.1.
- BRUNO, M.; SACHS, J. Energy and resource allocation: a dynamic model of the 'Dutch disease'. **Review of Economics Studies**, n.49, p.845-859, 1982.
- CAMPBELL, U. Castanha-do-pará perde 1º lugar. **O Liberal**, Belém, 17 jan. 1999. p.7.
- CAMPBELL, U. Falência ronda usinas de castanha. **O Liberal**, Belém, 18 jan. 1999. p.7.
- CARAJÁS. Rio de Janeiro: CVRD, 1988. 24p.
- CARVALHO, J.C.M. A conservação da natureza e recursos naturais na Amazônia brasileira. **CVRD Revista**, Rio de Janeiro, v.2, p.1-48, nov. 1981.
- CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P.; HOMMA, A.K.O. **Fontes de crescimento das exportações de castanha-do-brasil (1970-1988)**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1994. 27p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 76).
- CENÁRIOS da Amazônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.13, p.134-143, dez. 1991. (Edição especial.).
- CIRIACY-WANTRUP, S. von. **Resource conservation**: economics and policies. Berkeley, University of California, 1952. 395p.
- CLAY, J.W. **An overview on harvesting, forest processing and transport of non-wood forest products**. Maryland: World Wildlife Fund, 1994. 20p.
- COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. **Dez anos da estrada de ferro Carajás**. Belém: UFPa-NAEA, 1997. 356p.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (Rio de Janeiro, RJ). **Pólos florestais na Amazônia Oriental**; a reversão do processo de degradação ambiental. Rio de Janeiro, 1989. 38p.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DA CASTANHA-DO-PARÁ, 1., 1967, Belém. **Bases para uma política nacional da castanha**. Belém: CNA, 1967. 73p.
- CONFLITOS fundiários: um quadro diversificado. **Pará Agrário**, Belém, 1990. p.6-26. Edição Especial.
- CONSÓRCIO BRASILIANA. **Eixos nacionais de integração e desenvolvimento**. São Paulo: 1999. 50p.
- CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ. **Projeto Tucumã**. [s.l], [198-]. 16p.
- O CONTROLE ferrenho do Marquês de Pombal. **Nosso Pará**, Belém, v.1, n.1, p.21-38, 1996.

- CORREIA FILHO, V. Devassamento e ocupação da Amazônia. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.166-185.
- CROSBY, A.W. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 319p.
- CRUZ, E. **Colonização do Pará**. Belém: INPA, 1958. 178p.
- CRUZ, E. **História do Pará**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973. 2v.
- CUNHA, E. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. 279p.
- DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.
- DIAS, C.V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no Médio Tocantins. **Revista Brasileira de Geografia**, v.21, 4, p.517-531, 1959.
- DIAS, C.V. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, v.20, n.4, p.383-427, 1958.
- DIAS, G.L.S.; CASTRO, M.C. **A colonização oficial no Brasil**: erros e acertos na fronteira agrícola. São Paulo: USP-IPE, 1986. 95p.
- DOMÍNGUEZ, J.L.D. The economic of sustainability: distribution of production costs of the Brazil nuts (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) in Peru and Bolivia. **Journal of the Tropical Resources Institute**, v.13, n.1, p.8-11, 1994.
- EMMI, M.F. A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. In: CASTRO, E.M.R.; HEBETTE, J., org. **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: UFPa-NAEA, 1989. p.127-161 (UFPa-NAEA. Caderno, 10).
- EMMI, M.F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia UFPa-NAEA, 1987. 196p.
- EMMI, M.F.A.; MARIN, R.E.A.; BENTES, R. da S. O polígono castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. **Pará Agrário**, Belém, n.2, p.12-21, jan.-jun., 1987.
- ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. São Paulo: Mérito, 1958.
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações, 1976.
- A ERA da concentração de riquezas. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.9-13. Edição Especial.
- FERNANDES, A.M. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: UnB/ANPOCS/CNPq, 1990. 292p.
- FERREIRA, J.A. **Carta aberta às autoridades da área rural e ao público em geral**. Belém: Sindicato Rural de Marabá, 1982. 4p.
- FERREIRA FILHO, C. **A Amazônia em novas dimensões**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. 271p.
- FIGUEIREDO, L. Fronteiras amazônicas. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.186-206.
- FIGUEIREDO, R.B. **Capacidade de investimento da agricultura familiar na região de Marabá, período 1990 a 1996**. Belém: UFPa- Centro Agropecuário, 1998. 142p. Tese Mestrado.
- FIGUEIREDO, R.B. **A renda familiar nos estabelecimentos agrícolas da região de Marabá – Pará**. Marabá: LASAT, 1998. 27p.
- FONTES, G.M.D.N.C. **Alexandre Rodrigues Ferreira**: aspectos de sua vida e obra. Manaus: INPA, 1966. 96p. (INPA. Cadernos da Amazônia, 10).
- FRANCO, A.A.M. **História do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1987. 62p.

- FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. (Rio de Janeiro, RJ). **Legislação de conservação da natureza**. 3 ed. São Paulo: CESP, 1983. 510p.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 19 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984. 248p. (Biblioteca Universitária; 2).
- GOODLAND, R.J.A.; IRWIN, H.S. **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** São Paulo: Itatiaia/USP, 1975. 156p. (Reconquista do Brasil, v.30).
- A GRANDE empresa e os grandes projetos governamentais (o PGC). **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.17-21. Edição Especial.
- GUERRILHA do Araguaia. São Paulo, Editora Anita, 1996. 100p.
- GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos de latifúndio. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255p. (Estudos brasileiros, 24).
- GUIMARÃES, L.A.; SANTOS, T.M.; RODRIGUES, D.M.; FRAHAM, B.H. **Comercialização da castanha-do-brasil no Estado do Pará, Brasil**. Belém: IDESP/Université Catholique de Louvain, 1996. 24p.
- HALL, A. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, J. org. **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: FASE/ Belém: UFPa-NAEA, 1991a. p.144-162.
- HALL, A.L. **Amazônia, desenvolvimento para quem?** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991b. 300p.
- HEBETTE, J. A dinâmica social dos desmatamentos; alternativas de desenvolvimento para o meio rural amazônico. In: DIEGUES, A.C. org. **A dinâmica social do desmatamento na Amazônia: populações e modos de vida em Rondônia e Sudeste do Pará**. São Paulo: URISD/USP-NUPAU, 1993.
- HÉBETTE, J. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: HÉBETTE, J., org. **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes/Rio de Janeiro: FASE/Belém:/UFPa-NAEA, 1991.
- HÉBETTE, J. O Centro Agroambiental do Tocantins: propostas e desafios. Proposta, Rio de Janeiro, n.48, p.32-37, mar. 1991a.
- HÉBETTE, J. O grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: CASTRO, E.M.R.; HÉBETTE, J. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: UFPa/NAEA, 1989. p.7-4. (UFPa-NAEA. Caderno, 10).
- HOLT, J. **The Brazil nut market**. London: Amazon Trading Company, 1992. 14p.
- HOMMA, A.K.O. The dynamics of extraction in Amazonia: a historical perspective. **Advances in Economic Botany**, New York, v.9, p.23-31, 1992.
- HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202p.
- HOMMA, A.K.O. Modernization and technological dualism in the extractive economy in Amazonia. In: PÉREZ, M.R.; ARNOLD, J.E.M. **Current issues in non-timber forest products research**. Bogor, Indonesia: CIFOR/ODA, 1996. p.59-81.
- HOMMA, A.K.O; CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P.; NASCIMENTO, J.D.N. **A destruição de recursos naturais: o caso da castanha-do-pará no Sudeste Paraense**. Belém, Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 74p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 32).
- HOORNAERT, E., coord. **História da igreja na Amazônia**. Petrópolis: Agir, 1992. 416p.
- HUNTINGTON, E. **Civilization and climate**. 3. ed. New York: [s.n], 1939.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro, 1989. v.3.
- IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Tipos e aspectos do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: 1970. 494p.

- INCRA (Brasília, DF). **Projeto Integrado de Colonização-Altamira-I**. Brasília, 1972. 218p.
- INCRA (Brasília, DF). **Projeto Lumiar: assistência técnica nos assentamentos**. Brasília, 1997. 32p.
- INCRA (Brasília, DF). **Programa da terra**. Brasília, 1992. 81p.
- INCRA (Brasília, DF). **Proposta para a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República**. Brasília 1985. 53p.
- JADÃO, P.B.R. **Marabá**. Marabá: Prefeitura Municipal, 1984. 225p.
- KAZMER, D.R. Agricultural development on the frontier: the case of Siberia under Nicholas II. **American Economic Review**, v.67, n.1, p.429-32, 1977.
- KELLER, E.C.S. O “habitat” rural. In: AZEVEDO, A. **Brasil, a terra e o homem** São Paulo: E. Nacional, 1970. p.291-345.
- KITAMURA, P.C.; MÜLLER, C.H. **Castanhais nativos de Marabá-PA: fatores de depredação e bases para a sua preservação**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1984. 32p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 30).
- KITAMURA, P.C.; HOMMA, A.K.O.; FLOHRSCHUTZ, G.H.H.; SANTOS, A.I.M. **A pequena agricultura no nordeste paraense**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. 40p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 22).
- KLEINPENNING, J.M.G. **The integration and colonisation of the Brazilian portion of the Amazon basin**. Nijmegen: Catholic University of Nijmegen, 1975. 177p.
- KOWARICK, M. **Amazônia-Carajás na trilha do saque**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1995. 336p.
- LA CONDAMINE, C.M. **Viagem pelo Amazonas, 1735-1745**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/São Paulo: EDUSP, 1992. (Coleção Nova História).
- LE COINTE, P. **O Estado do Pará: a terra, a água e o ar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1945. 303p.
- A LEI da sobrevivência na floresta. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.27-29. Edição Especial.
- LEITE, E.T. **Castanha-do-pará, problema do Brasil**. Brasília: CNA, 1968. 51p.
- LIBEREI, R.; REISDORFF, C.; MACHADO, A.D., ed. **Interdisciplinary research on the conservation and sustainable use of the Amazonian rain forest and its information requirements**. Germany: GKSS, 1996. p.255-273.
- LIMA, A. A exploração amazônica. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.233-268.
- LINHARES, M.Y.; SILVA, F.C.T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170p.
- LISBOA, P.L.B. Martius e a Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Botânica, Belém, v. 10, n.1, p.3-14, 1994.
- MACHADO, P.A. The role of education and research in the development of the Amazon. In: WAGLEY, C., ed. **Man in the Amazon**. Gainesville: The University of Florida, 1974. p.315-330.
- MATOS, M.V.B. **História de Marabá**. Marabá, Grafil: 1996. 113p.
- MAYA, R.L. **Situação ecológica do sul do Pará**. Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 1992. 16p.
- MENDES, A.D. **Viabilidade econômica da Amazônia**. Belém: UFPa, 1971. 151p. (Coleção Amazônia. Série Tavares Bastos).
- MENDONÇA, O. Justiça agrária – uma lacuna a preencher (2). **O Liberal**, Belém, 3 nov. 1998. p.2.

- MIRANDA NETO, M.J. **O dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 232p.
- MODELO militar: desmatar para desenvolver. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.35-50. Edição Especial.
- MONTEIRO, J.B.; CÉSAR, D. **Viagem ao Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas**. 2. ed. Marabá: [s.n, 199-]. 45p.
- MONTEIRO, M.A. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia**: drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: UFPa/ETFPa, 1998. 251p.
- MORAES, A.Q. **Pelas trilhas de Marabá**. São Sebastião do Paraíso: Chromo Arte, 1998. 142p.
- NASCIMENTO, C.; HOMMA, A. **Amazônia**: meio ambiente e tecnologia agrícola. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1984. 282p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 27).
- OLIVEIRA, A.B. Considerações sobre a exploração da castanha no Baixo e Médio Tocantins. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.278-283.
- OLIVEIRA, A.E. Ocupação humana. In: SALATI, E.; JUNK, W.J.; SCHUBART, H.O.R.; OLIVEIRA, A.E. **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-327.
- OLIVEIRA, V.H. Pioneiros da agricultura acreana: subsídios para a história do Acre. In: SEMINÁRIO AGROPECUÁRIO DO ACRE, 2. 1986, Rio Branco. **Anais**. Brasília: EMBRAPA-UEPAE Rio Branco, 1988. p.311-320. (EMBRAPA-Uepae Rio Branco. Documentos, 10).
- PAEZ, P.B. **Analysis of the international demand for Brazil nuts** [s.l]: Oregon State University, 1981. 138p. Tese Doutorado.
- PANDOLFO, C. **Uma política florestal para a Amazônia brasileira**. Belém: Sudam, 1985. 48p.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos**: história social e econômica e temas especiais. Belém: IDESP, 1989. 208p.
- PENTEADO, A.R. O homem brasileiro e o meio. In: AZEVEDO, A. **Brasil, a terra e o homem** São Paulo: Ed. Nacional, 1970. p.3-35.
- PENTEADO, A.R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. Belém: UFPa, 1967. 2v.
- PINTO, L.F. **Amazônia**: no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980. 219p.
- PINTO, L.F. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. 112p.
- PINTO, L.F. Castanha: começa novo período? **O Liberal**, Belém, 18 dez. 1982. p.5.
- PINTO, L.F. Castanha: começa novo período? **O Liberal**, Belém, 19 dez. 1982. p.5.
- O PODER legislativo no Pará. **Nosso Pará**, Belém, v. 1, p.78-79, 1996.
- POLÍTICAS públicas coerentes para uma Amazônia sustentável. São Paulo: Friends of the Earth/GTA, 1997. 189p.
- POLÍTICAS públicas para a Amazônia 97/98. São Paulo: Friends of the Earth/GTA, 1998. 97p.
- POR TRÁS do desmatamento, a política de ocupação. **Pará Agrário**, Belém, 1992. p.3-8. Edição Especial.
- PORRO, A. **As crônicas do rio Amazonas**: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993. 221p.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945. 318p.

- REIS, A.C.F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Manaus: SUFRAMA, 1982. 213p. (Coleção Retratos do Brasil, v.161).
- REIS, A.C.F. Economic history of the Brazilian Amazon. In: WAGLEY, C., ed. **Man in the Amazon**. Gainesville: The University of Florida, 1974. p.33-44.
- REYNAL, V.; FIGUEIREDO, R.B. **Desmatamento e agricultura na região de Marabá**. Marabá: LASAT, 1998. 55p.
- REYNAL, V.; MUCHAGATA, M.G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Belém: UFPa-CAT-LASAT/Paria: GRET/Point-à-Pitre: UAG-DAT, 1995. 69p.
- RIBEIRO, B.G. **Amazônia urgente**: cinco séculos de história e ecologia. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. 272p.
- ROCQUE, C. **Grande enciclopédia da Amazônia**. Belém: Amazônia Editora, 1967. 6v.
- RODRIGUES, R.N.S. **Estudos regionais**: mesorregião Sudeste Paraense. Redenção, NB Gráfica Editora, 1995. 67p.
- ROMEIRO, A.R. Meio ambiente e produção agropecuária na Amazônia. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.37, n.1, p.9-33, 1999.
- ROSÁRIO, J.U. **Amazônia, processo civilizatório**: apogeu do Grão-Pará. Belém: UFPa, 1986. 155p.
- ROSS, J.L.S., org. **Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1995. 546p. (Didática, 3).
- ROY, G. **A experiência do Centro Agroambiental do Tocantins**: o diagnóstico agrossocioeconômico e o desencontro entre sindicalistas e pesquisadores. Belém: ORSTOM/MPEG, 1998. 17p.
- SAHA, S.K. Industrialização e mudança social na área de Marabá – Carajás na Amazônia Oriental brasileira. In: COELHO, M.C.N.; COTA, R.G. **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém, UFPa-NAEA, 1997. p.107-136.
- SALATI, E.; SHUBART, H.O.R.; JUNK, W.; OLIVEIRA, A.E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense/Brasília: CNPq, 1983. 327p.
- SANTANA, A.C.; HOMMA, A.K.O.; TOURINHO, M.M.; MATTAR, P.N. Situacion y perspectivas de la seguridad alimentaria en la Amazonia; en un marco de produccion agropecuaria y de cooperacion intra-regional; Brasil. In: TRATADO DE COOPERACION AMAZONICA. Secretaria Pro Tempore. **Situacion y perspectivas de la seguridad alimentaria en la Amazonia**. Caracas, 1997. p.129-217.
- SANTOS, B.A. **Amazônia**; potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento. São Paulo: T.A. Queiróz/EDUSP, 1981. 256p. (Biblioteca de Ciências Naturais, v.7).
- SANTOS, N. Ossadas humanas em fazenda. **O Liberal**, Belém, 12 jul. 1999. p.10.
- SANTOS, R.A.O. **História econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo, T.A. Queiróz, 1980. 358p. (Biblioteca básica de ciências sociais, série 1. Estudos brasileiros, v.3).
- SCHMIDT, M. **Nova história crítica do Brasil**: 500 anos de história malcontada. São Paulo: Nova Geração, 1997. 392p.
- SCHREIBER, W.R. **The Amazon basin Brazil nut industry**. Washington: USDA, 1951. 53p. (Foreign Agriculture Report, 49).
- SEMINÁRIO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA, 1988, Curitiba. Documento final. Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos, 1988. 46p.

- SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS DE COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA, Belém, 1972. **Relatório preliminar**. Belém: INCRA/IICA-Trópicos, 1972.
- SILVA, F. A. **História do Brasil**: colônia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990. 120p.
- SILVA, F.C. Poder econômico e política fundiária no Pará. **Pará Agrário**, Belém, v.2, n.3, p.3-11, 1987.
- SILVA, M.M.F. Transportes na Amazônia. In: IBGE (Rio de Janeiro, RJ). **Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro, 1944. p.284-296.
- SILVA, R.A. A evolução econômica. In: AZEVEDO, A. **Brasil, a terra e o homem**. São Paulo: Ed. Nacional, 1970. p.367-439.
- SILVA, R.G. **Olho grande na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991. 143p.
- SIMPÓSIO NACIONAL DA CASTANHA-DO-BRASIL. 1. 1982, Belém. **Objetivos, estrutura, resultados, conclusões e recomendações**. Belém: SUDAM, 1982.
- SMITH, A. **Os conquistadores do Amazonas**. São Paulo: Best Seller, 1990. 399p.
- SMITH, N.J.H. **Rainforest corridors**: the Transamazon colonization scheme. Berkeley: University of California, 1982. 248p.
- SOARES, L.C. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963. 341p.
- SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994. 174p.
- SPRUCE, R. **Notes of a botanist on the Amazon & Andes**. London: MacMillan, 1908. 542p.
- SPVEA (Rio de Janeiro, RJ). **Primeiro plano quinquenal**. Rio de Janeiro, 1955. 310p.
- STEINEN, K. von den. **O Brasil Central**: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. 419p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série Extra Brasileira, 3).
- SUDAM (Belém, PA). **Plano de desenvolvimento da Amazônia**: 1994/97. Belém, 1993. 89p.
- TAMBS, L.A. Geopolitics of the Amazon. In: WAGLEY, C. **Man in the Amazon**. Gainesville: The University of Florida, 1974. p.45-87.
- TAMER, A. **Transamazônica, solução para 2001**. 2 ed. Rio de Janeiro: APEC, 1971. 311p.
- TAUNAY, A.E. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. 558p.
- TOCANTINS, L. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961. 3v.
- TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 1988. 284p.
- TOCANTINS, L. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**: instantes e evocações da cidade. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 383p.
- VALVERDE, O.; DIAS, C.V. **A rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 350p. (IBGE. Série A. Biblioteca Geográfica Brasileira. Publicação, 22).
- VEJA. Amazônia: um tesouro ameaçado. São Paulo, 24 dez.1997. 98p.
- VEJA. Edição comemorativa 20 anos. São Paulo, v.20, n.37, 1988. 223p.
- VEJA. Edição comemorativa 30 anos. São Paulo, v.31, n.42, 1998. 146p.
- VEJA. Retrospectiva de um quarto de século-25 anos. São Paulo, 27 out. 1993. 168p.
- VEJA. Milênio. São Paulo, v.31, n.51, 1999. 126p.
- VELHO, O.G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178p.

VITÓRIO, M. Oeste do Pará: uma região que exige mais atenção. **Nosso Pará**, Belém: v. 3, p.130-133, 1996.

VOLBEDA, S. Urbanization in the “frontiers” of the Brazilian Amazon and the expulsion of pioneers from the agricultural sector from 1960 to the present. **Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe**, n.33, p.35-57, Dic. 1982.